

Antonio Carlos depõe hoje na subcomissão

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, fala hoje na Subcomissão da Família, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação, da Assembleia Constituinte. O ministro pretende fazer um balanço da administração que vem realizando e, apesar de não entrar em detalhes políticos, sua visita à subcomissão poderá gerar muita polêmica. Um dos pontos de maior conflito no capítulo da Comunicação é a proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação, que apesar de ter sido rejeitada na subcomissão, pode ser reintroduzida no substitutivo que o relator da Comissão Temática, Arthur da Távola, apresentará na segunda-feira.

A criação desse conselho foi um dos principais pontos defendidos pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). No momento em que a proposta foi derrubada, a deputada e um grupo de parlamentares se recusaram a continuar participando da votação do projeto, mas confiam na possibilidade de que o relator da Comissão Temática a coloque novamente em votação.

A tarefa do deputado Arthur da Távola não será fácil: compatibilizar 1.047 emendas para os capítulos da Família, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicações e apresentar relatório substitutivo para a votação.



Alencar Monteiro

Campos, na Comissão da Ordem Econômica

Só contribuinte não faz 'lobby', diz Afif

"O Bresser não é economista, é gastadista, pois não sabe governar com economia, mas só gastando." Desta forma, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) criticou ontem a intenção do ministro da Fazenda de aumentar os impostos para cobrir o déficit do governo. Ele denunciou também a existência de "fortes pressões" contra a imunidade tributária para as microempresas, já aprovada pelas subcomissões que tratam da questão econômica na Constituinte.

As pressões, segundo o deputado, partem do próprio governo da União, aliado aos Estados e municípios. "Os únicos que não têm lobby na Constituinte são os contribuintes", disse Afif, autor da proposta determinando a extinção dos tributos estaduais e federais para as microempresas. Ontem, ele se reuniu com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão de Ordem Econômica. Foram discutidos aspectos do anteprojeto a ser votado pela Comissão, a partir do dia 12, e formas de evitar a radicalização registrada em muitas das subcomissões, onde os relatores indicados pelo PMDB tentaram impor anteprojeto que refletiam o programa de partido e não o consenso entre os constituintes.

Reforma agrária, conceito de empresa nacional e monopólio do petróleo e dos minerais foram os principais pontos discutidos por Afif Domingos e Severo Gomes. Algumas questões, segundo o deputado, são negociáveis. Outras não, como o direito de propriedade. Afif e seu grupo não aceitam a limitação da propriedade, admitindo a aplicação desse conceito apenas em relação à distribuição de terras públicas. Não querem também a reforma agrária por desapropriação de terras produtivas. "Não estamos defendendo proprietários, mas produtores", disse o deputado.

O conceito de empresa nacional proposto por Afif Domingos abrange todas as que se constituem no País, sob as leis brasileiras. Em sua opinião, isso dá ao governo a necessária flexibilidade para administração de sua política econômica, de acordo com a conjuntura nacional e internacional.

Ele admite, no entanto, o acréscimo de itens que definam a questão em relação ao controle acionário. Sobre o monopólio do petróleo, Afif acha que deve ser restrito à lavra e pesquisa, ficando os outros setores com a iniciativa privada.

Farabulini também teme avanço estatal

O deputado Farabulini Júnior (PTB-SP) advertiu ontem que o anteprojeto que está sendo elaborado pelo senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, coloca em risco o direito de propriedade no Brasil. Segundo Farabulini Júnior, Bisol pretende fazer com que os meios de produção de empresas que não tenham atingido plena potencialidade sejam entregues ao Estado contrariando completamente os interesses da iniciativa privada no País.

Na advertência, o parlamentar paulista é categórico: "Defendemos a iniciativa privada e o Estado como concorrentes, naquilo que lhe diga respeito e bem de perto. Admitimos a desapropriação por utilidade pública e social, mediante prévia indenização e justo, preço em moeda, conforme o anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais". Para Farabulini a proposta de Bisol é inaceitável, "ele fez letra morta praticamente de todos os anteprojeto das subcomissões", disse o deputado.

Quanto à questão do aborto, o deputado petebista diz que é inconcebível a tese defendida por Bisol da responsabilidade exclusiva da mulher sobre a vida intra-uterina, sem se referir aos nascituros. Ele está dando à mulher o direito de vida ou morte sobre o nascituro.

Outro assunto polêmico levantado pelo deputado é a censura. "Queremos impedir a licenciosidade e as aberrações quanto a imagens que ofendem ao pudor", alerta o deputado, acrescentando que o senador Bisol não admite nenhum tipo de censura.

PEQUENOS ANÚNCIOS
para todos os jornais do Brasil, Interior e Exterior.
32-3269